Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo

Rua Bayard Toledo Mércio, 66 - Bairro: Canudos - CEP: 93548011 - Fone: (51) 3553-5500 - Email: frnovohambvre@tjrs.jus.br

FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAIS, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE Nº 5022288-36.2021.8.21.0008/RS

AUTOR: EXECUÇÃO, INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO SONORA E TELEVISIONADA
RÉU: SANTA INEZ IND COMERCIO DE EQUIP ELETRONICOS LTDA

SENTENÇA

Vistos, etc.

Trata-se de processo falimentar de **SANTA INEZ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA.**, originalmente distribuído na Comarca de Pelotas/RS em 08/02/1996 e posteriormente redistribuído à 3ª Vara Cível da Comarca de Canoas/RS, regido sob a disciplina do Decreto-Lei nº 7.661/1945.

A quebra da sociedade devedora foi formalmente decretada em 30 de dezembro de 1998 (evento 3, PROCJUDIC4, p. 05-08), oportunidade na qual foi nomeado como síndico o Dr. Ary I. de Carli. Foram realizadas as publicações de praxe e as comunicações aos órgãos públicos e entidades de crédito.

No curso da tramitação, sobreveio o falecimento do síndico originário em 09/10/2011, ocasião em que foi nomeada para exercer o encargo de Administradora Judicial a sociedade Sentinela Administração de Falências e Empresas em Recuperação Ltda., representada por Claudete Figueiredo, em 09/12/2011 (evento 3, PROCJUDIC24, p. 16-32).

Ao longo do procedimento, os bens arrecadados foram alienados judicialmente e os créditos apurados foram cobrados, tendo sido arrecadado o montante nominal de R$ 790.022,48, derivado da alienação de imóvel e de transação homologada judicialmente, valores esses devidamente depositados em contas judiciais vinculadas ao feito perante o Banrisul (contas nº 0871.977337.6.67, nº 0871.950129.6.55 e nº 0871.949609.6.78).

Com os recursos arrecadados e seus rendimentos financeiros, procedeu-se ao pagamento integral das custas processuais, dos encargos e dívidas da Massa Falida (despesas judiciais, honorários de leiloeiro, remuneração dos síndicos/administradores judiciais e peritos), dos débitos fiscais e trabalhistas/FGTS e da integralidade dos créditos quirografários constantes no Quadro Geral de Credores.

Restando saldo ativo remanescente após a satisfação da totalidade do passivo e encargos da massa, deferiu-se a devolução do saldo aos representantes legais da devedora, na forma do art. 129 do Decreto-Lei nº 7.661/1945, com a expedição dos respectivos alvarás eletrônicos e subsequentes repasses dos valores de R$ 142.133,25 e R$ 39,04 ao sócio administrador majoritário, Sr. Valmor Nelson Bianchi.

Ao evento 231, PET1, a Administradora Judicial apresentou o seu Relatório Final circunstanciado com a Prestação de Contas das entradas, saídas e movimentações financeiras da massa falida (evento 231, PET1), comprovando o adimplemento do passivo e postulando o levantamento do saldo residual remanescente de R$ 1,06 para entrega ao representante legal e o encerramento do processo falimentar.

Foi expedido edital com prazo de 10 dias para ciência de credores e eventuais interessados acerca das contas apresentadas, nos moldes do art. 69, § 2º, do Decreto-Lei nº 7.661/1945 (evento 243, EDITAL1).

Ato contínuo, a Administradora Judicial atendeu à determinação de saneamento prevista no Ato nº 237/2025-CGJ e apresentou o relatório consolidado do feito (evento 252, PET1), homologado pelo juízo da 3ª Vara Cível de Canoas/RS (Evento 257, DESPADEC1), momento em que os autos foram redistribuídos a esta Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo/RS, nos termos dos Atos nº 237/2025 e nº 238/2025-CGJ (evento 254, DESPADEC1).

Certificado o decurso do prazo do edital do Evento 243 sem qualquer impugnação ou recurso por parte de credores ou terceiros interessados (evento 262, CERT1).

Por fim, com vista, o Ministério Público lançou parecer pelo deferimento do encerramento da falência

(evento 268, PROMOÇAO1).

Vieram os autos conclusos para julgamento.

É O BREVE RELATÓRIO.

DECIDO.

Conforme exame dos autos, a Administradora Judicial arrecadou a integralidade dos bens da devedora, procedeu à sua alienação e ingressou nos acordos e demandas pertinentes, compondo o acervo patrimonial da massa falida no montante nominal de R$ 790.022,48, montante este que foi acrescido dos rendimentos das respectivas contas judiciais de depósito.

Outrossim, todo o passivo exigível da falida foi integralmente satisfeito. Os créditos quirografários habilitados no Quadro Geral de Credores, as despesas do processo, as custas judiciais, os honorários periciais e de leiloeiro, os encargos e remunerações da administração da massa, bem como as obrigações tributárias e de FGTS restaram quitados em sua integralidade, consoante demonstrado nas planilhas e comprovantes acostados ao feito.

Com efeito, diante do adimplemento total do passivo falimentar e dos encargos da massa, revelou-se a existência de saldo remanescente, o qual foi regularmente transferido ao representante legal da devedora e administrador majoritário, Sr. Valmor Nelson Bianchi, detentor de 94% do capital social.

Por derradeiro, quanto ao saldo residual insignificante de R$ 1,06 existente nas contas judiciais da falida (sendo R$ 0,07 na conta nº 0871.949609.6.78, R$ 0,01 na conta nº 0871.950129.6.55 e R$ 0,98 na conta nº 0871.977337.6.67), decorrente do cômputo final de juros e atualização bancária, defiro a expedição de alvará automatizado em prol da Administradora Judicial para levantamento e repasse ao representante legal da falida, propiciando o zeramento das contas vinculadas e a baixa definitiva do feito.

Desta forma, o encerramento da falência se impõe.

Ante o exposto, **DECLARO ENCERRADA A FALÊNCIA** de **SANTA INEZ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA.** (CNPJ nº 88.320.916/0001-70), na forma do art. 131 e art. 132 do Decreto-Lei nº 7.661/1945 (art. 156 da Lei nº 11.101/2005).

DETERMINO a expedição de alvará automatizado em favor da Administradora Judicial para levantamento do saldo residual de R$ 1,06 vinculado às contas judiciais nº 0871.949609.6.78, nº 0871.950129.6.55 e nº 0871.977337.6.67 perante o Banrisul, devendo os valores ser repassados ao representante legal da falida e as contas zeradas.

DETERMINO a publicação de edital de encerramento da falência, nos termos do art. 132, § 2º, do Decreto-Lei nº 7.661/1945 (art. 156, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005).

e) **DETERMINO** a expedição de ofício à Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul (JUCISRS) e aos órgãos fazendários competentes, comunicando o encerramento da falência para os devidos registros cadastrais.

Com base na decisão supra, autoriza-se a baixa em todos os processos e incidentes apensados e/ou vinculados ao processo falimentar.

Publique-se; Registre-se; Intimem-se; inclusive, o Ministério Público, os interessados cadastrados nos autos.

Oportunamente, com o trânsito em julgado e cumpridas as determinações supra, arquivem-se com baixa.

Diligências legais.

Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE KOSBY BOEIRA, Juiz de Direito**, em 25/09/2026, às 16:37:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10115634729v18** e o código CRC **58eeadb0**.
